Nº 23 / Janeiro de 2021

INFOPREVES

Uma publicação da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo - PREVES

O FUTURO DOS INVESTIMENTOS NA PÓS-PANDEMIA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA
Diminuição dos gastos

GERAL
Inovação é indispensável no cenário pós-pandemia

PENSANDO EM VOCÊ
De repente tudo mudou

PREVES
PREVES se prepara para oferecer planos para Estados e Municípios

Leia também:

Raio X Funcional
com Tiago Luiz Freitas Roque
Diretor de investimentos da PREVES

PREVES
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo

EXPEDIENTE

O INFOPREVES é uma publicação da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo - PREVES, criada em 25 de setembro de 2013 através do decreto nº 3395-R.

Contato:
contato@preves.es.gov.br
(27) 3322-9288
www.preves.es.gov.br

Diretor Presidente
Alexandre Wernersbach Neves

Diretor de Investimentos
Tiago Luiz Freitas Roque

Diretora de Administração
Maria Leila Casagrande

Colaboradores
Aline Cesconetto
Camila Santana Reis
Cristiano Barcellos Soares
Marcelo da Silva Cunha Leitão
Marco Antônio Bessa
Renan Pizzol Broedel
Sabrina Herculano Barbirato
Suelen Hecher da Silva
Taires Santana Reis
Waleska Fromholz Madi

Jornalista Responsável
Aline Cesconetto
MTB 01625/ESJP

Estagiária de Comunicação
Lorena Vargas de Souza

Diagramação
Aline Cesconetto
Lorena Vargas de Souza

Imagens

SEDE:
Rua Marilia de Rezende Scarton Coutinho, 180 – Ed. Fausto Dallapicolla. Enseada do Suá, Vitória / ES

EDITORIAL

A POPULAÇÃO PRECISA SE PREPARAR E SE ADEQUAR PARA PÓS-PANDEMIA

No último ano, o mundo praticamente parou por causa da pandemia causada pela COVID-19 (coronavírus), provocando um desequilíbrio na economia global. Vacinas estão em fase final e devem sair ainda em janeiro, esse sinal já é um estimulo a economia mundial.

Neste ano de 2021, os principais temas da nossa edição do Infopreves, estão relacionados a esse novo tempo pós-pandemia, assuntos bem discutidos e elaborados no último trimestre, há destaque para O FUTURO DOS INVESTIMENTOS NO PÓS-PANDEMIA, tendo em vista que a materialização das vacinas contra a Covid, exigem atenção redobrada para definir as táticas no curto prazo e as estratégias no longo prazo.

A população precisa se preparar e se adequar para esse novo tempo, buscar novas perspectivas e novas oportunidades, inclusive de melhorar a qualidade de vida. Vamos viver um ano diferente e sem muitas previsões concretas, por isso, será cada vez mais necessária a conscientização da sociedade brasileira a fim de, manter o hábito de poupar adquirido por muitas famílias brasileiras em 2020 com o isolamento social, porém agora, direcionando suas economias a investimentos seguros, como um plano de Previdência Complementar.

Questões relacionadas à educação financeira também foram abordadas em nossa edição. Ensinar crianças e jovens a cuidar das finanças é tarefa importante que pode ser feita dentro de casa. Mas, você sabia que agora a educação financeira para crianças e jovens já é disciplina escolar? Pois é! A preocupação com a falta de planejamento orçamentário das contas pessoais do brasileiro fez a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definir pela obrigatoriedade da educação financeira no currículo dos ensinos infantil e fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil. Se esse assunto te interessa, continue lendo nosso Infopreves para saber mais sobre esse assunto.

O ano ainda está começando e sempre há tempo para organizar as finanças com planejamento. Leia nossas matérias e use a seu benefício todo conteúdo que preparamos para você. **Vale à pena conferir e até a próxima edição!**

MENSAGEM DIRETORIA

Uma nova realidade tomou conta da vida das pessoas nas empresas e nos seus círculos familiar e social, provocando uma ressignificação de valores e prioridades, impactando em diversos setores que estão em busca de um novo planejamento estratégico para lidar com a pós-pandemia.

Nesse novo tempo, fica para todos nós da PREVES a necessidade de estar sempre um passo à frente em nossos planos de contingência e estratégico para alcançarmos posições mais assertivas e eficientes.

Todo trabalho realizado por essa fundação é guiado para manter o equilíbrio das contas e manter a transparência dos investimentos aqui realizados, trabalhando sempre de forma alinhada à missão e valores da entidade.

Aos poucos, a economia brasileira vai dando sinais de recuperação, por isso, para o ano de 2021 as expectativas seguem positivas. Apontada como uma das principais apostas, Estados e Municípios avançam na implantação da Previdência Complementar e aqui no Espírito Santo, não é diferente.

Alinhado ao direcionamento regulatório, o fundo de previdência complementar dos servidores públicos do Espírito Santo, se prepara para oferecer o regime de Previdência Complementar para governos estaduais e municipais.

Mais sobre esse assunto, você vai ter na matéria: PREVES SE PREPARA PARA OFERECER PLANOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS.

Desejamos a todos uma boa leitura, um ótimo e esperançoso 2021.

FELIZ
Aniversário
Desejamos a você participante
um aniversário como saúde
e cheio de alegria...
Que seus projetos e sonhos
se concretizem.

SUMÁRIO

06 **MATÉRIA CAPA**
O futuro dos investimentos no pós-pandemia

12 **GERAL**
Governança dos investimentos tem versão atualizada

16 **GERAL**
Estados e Municípios avançam na implantação da Previdência Complementar

18 **PREVES**
PREVES se prepara para oferecer planos para Estados e Municípios

21 **EDUCAÇÃO FINANCEIRA**
Educação Financeira para crianças e jovens já é disciplina escolar

25 **EDUCAÇÃO FINANCEIRA**
Diminuição dos Gastos

27 **PENSANDO EM VOCÊ**
Saúde Mental. Preocupação durante e pós a COVID-19

28 **PENSANDO EM VOCÊ**
De repente, tudo mudou...

31 **RAIO X FUNCIONAL DA PREVES**
com Tiago Luiz Freitas Roque, Diretor de Investimentos da PREVES

O FUTURO DOS INVESTIMENTOS NO **PÓS-PANDEMIA**

O aumento do risco para cumprir metas atuarias já produz maior diversificação na alocação de ativos em ambiente de preocupação fiscal e volatilidade do mercado.

Interesse crescente pelo exterior, fundos de investimento imobiliário, títulos públicos atrelados ao IPCA com vencimentos em curto prazo, multimercados e busca pelas melhores alternativas na Bolsa local reforçam a linha de frente para diversificar a gestão de investimentos dos fundos de pensão. As questões sanitárias e seus reflexos econômicos e sociais, a depender da materialização de vacinas contra a Covid, exigem atenção redobrada para definir as táticas no curto prazo e as estratégias no longo prazo. Ao mesmo tempo, a gestão de risco e os controles ganham nova dimensão porque, sem isso, diversificar também pode trazer efeitos colaterais.

A pedra de toque para diversificar está nas estruturas de gestão de risco e controles. Em seguida, vem a discussão sobre gestão de riscos e a governança dos investimentos. A estratégia de riscos e a base para a estratégia de investimentos e a montagem de portfólios.

O Diretor de Investimentos da Petros, Alexandre Mathias, lembra que a arte não está em acertar sempre, o que é impossível, mas em escolher os riscos. *"Ter uma parte do portfólio alocada no exterior sem proteção cambial e uma decisão que pode levantar dúvidas, mas, na verdade, ela garante uma carteira robusta porque a exposição cambial vai minimizar perdas em caso de cenários imprevistos"*, exemplifica.

A chave, entende o Diretor, não está na discussão de expectativas sobre retornos, evolução da Bolsa, ajuste fiscal, juros ou no resultado dos produtos, mas nos processos. *"Precisamos criar cenários que admitem riscos"*, lembrou, Mathias.

O fim do auxílio emergencial, que liberou quase R$ 400 bilhões na economia, vai trazer de volta a discussão sobre o teto de gastos.

Se a diversificação é importante, também é fundamental refletir a respeito do aumento de risco na atual circunstância de juro baixo. Ele lembra que até o final de 2021, as fundações precisarão garantir ganhos superiores aos dos melhores fundos multimercados e como o CDI está bem inferior as metas atuariais, deixou de existir um porto seguro. O problema, diz Mathias, é que as EFPCs estão numa situação em que devem correr riscos, mas sem poder perder.

Na avaliação do Diretor de Investimentos da Vivest, Jorge Simino, esse dilema é o desafio central das decisões de investimento. *"Se temos uma meta atuarial perto de 8% ao ano para uma Selic de 2%, por exemplo, temos que admitir que os tempos atuais são muito desafiadores diante do risco que se deve correr. É preciso saber qual o risco que cada passivo aceita."*

Preocupação fiscal

O cenário é nebuloso e o mercado ainda não precifica toda essa incerteza, acrescenta Simino. O impacto do fim do auxílio emergencial, que liberou quase R$ 400 bilhões na economia, vai terminar, trazendo de volta a mesa a discussão sobre o teto de gastos. *"Ou se rompe o teto ou se deixa milhões insatisfeitos. O problema é que o mercado gosta de tudo branco ou preto, levando a crer que a Bolsa vai continuar patinando nesse 'atoleiro' até o final do ano"*, avalia.

O aumento do risco para cumprir metas atuarias será um desafio muito grande daqui para a frente. É preciso buscar novas classes num ambiente de preocupação fiscal refletido pelo aumento da volatilidade do mercado, reforça o Diretor Administrativo-Financeiro da Fusan, Dirceu Wichnieski. *"A falta de uma discussão madura ou mais profissional no governo federal e a comunicação truncada sobre esse quadro e o que afeta negativamente os mercados e pressiona o prêmio pago pela colocação de títulos da dívida"*, opina.

O problema fiscal de fato preocupa, concorda o Diretor de Investimentos da Valia, Mauricio Wanderley, mas a fundação trabalha com um cenário base de superação desse desafio. *"A tendência mais forte é de continuarmos com os juros baixos no panorama internacional. A alta das taxas lá fora tem sido jogada cada vez mais para a frente e parece que no Brasil vai acontecer a mesma coisa."*

Para o Diretor e AETQ da Value Prev, João Carlos Ferreira, é essencial que o país volte a crescer e consiga equilibrar as contas públicas. *"Se isso não acontecer, os juros subirão e os fundos de pensão terão que abandonar o risco para voltar aos títulos públicos a fim de cumprir metas."* O cenário é preocupante, diz ele, por conta da indefinição local e dos efeitos da guerra comercial no exterior, o que acaba gerando mudanças muito rápidas de cenário.

Solvência da dívida

O cenário doméstico de juros e a incerteza sobre a situação fiscal do país já encurtaram de modo drástico os prazos de financiamento dos títulos federais, ressalta Helano Borges Dias, Gerente de Estratégia da Dívida Pública do Tesouro Nacional.

A política monetária seguiu reduzindo o juro, mas a incerteza sobre a situação fiscal aumentou a inclinação ao pressionar mais as taxas na curva longa. A verdade é que o Brasil passa por uma forte aceleração do endividamento, agravada pelo impacto da pandemia sobre os gastos públicos.

A insegurança fiscal aumenta a pressão sobre o financiamento da dívida e o processo de alongamento de prazos de vencimento dos títulos, que aconteceu vigorosamente até 2015, vem sendo revertido. Na época, quase 80% da dívida, estavam em títulos prefixados e atrelados a índices de preços, o que permitia esse movimento.

"De lá para cá, a parcela indexada a taxas flutuantes aumentou e tem havido um encurtamento geral de vencimento, pois os detentores demandam papéis mais líquidos."

Hoje mais de 50% da dívida, estão em mãos de detentores focados no curto prazo para fazer caixa. As EFPCs, diz o representante do Tesouro, são um grupo diferenciado, pois 87% dos títulos em suas carteiras são indexados à inflação, com perfil predominante de prazos mais longos.

Mais recentemente, avalia Dias, a redução da taxa Selic foi o único ponto que favoreceu conjunturalmente o custo de financiamento da dívida. Ele assegura, contudo, que a situação de solvência dos títulos do Tesouro está garantida.

Mais renda variável

O ano de 2020, terminará com a rentabilidade das carteiras melhor do que se imaginava no auge da crise que abalou os mercados, analisa, Mauricio Wanderley. Os pacotes de estímulos adotados pelos bancos centrais e governos aqui e lá fora, assim como a ajuda emergencial oferecida a uma parte da

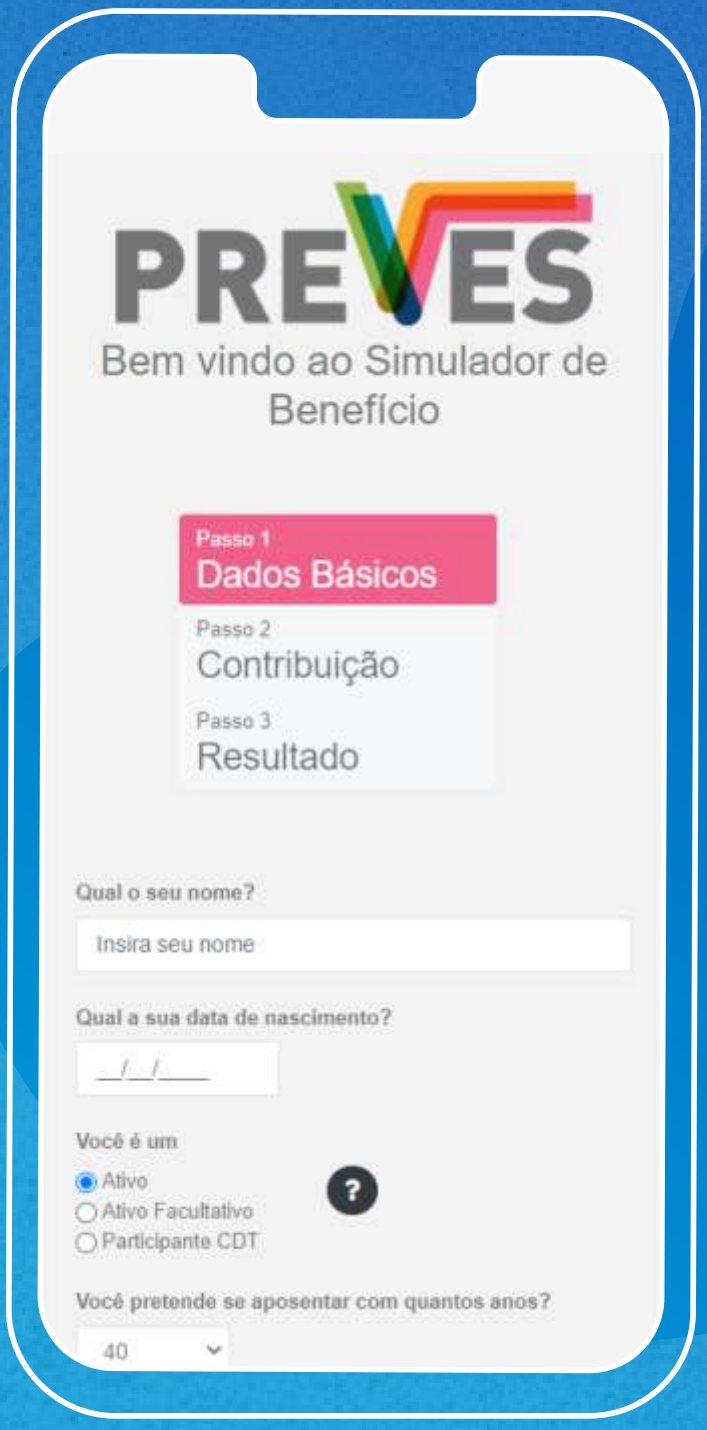
população contribuíram para melhorar a performance dos ativos nas Bolsas. Até outubro houve uma recuperação significativa no Ibovespa.

"Ainda está abaixo do ano de 2019, mas já se chegou a um patamar razoável, e a expectativa é que, com a economia voltando a funcionar mais normalmente, haverá um efeito positivo nos resultados das empresas."

Em 2021, as vacinas e a visão mais clara de quais setores e empresas sairão beneficiados ou levarão um tempo maior para reagir trarão mais espaço para montar estratégias. Contudo, a escolha dos papéis das companhias investidas será um trabalho delicado, considerando os impactos assimétricos que continuam atingindo a economia. Wanderley, vê boas perspectivas para o mercado acionário por conta do maior número de aberturas de capital que já ocorre no exterior e promete acontecer também por aqui.

Leia mais em:
http://www.abrapp.org.br/Lists/Revista/VisualizarConteudo.aspx?ID=588

SIMULADOR PREVES



Através da Educação Previdenciária e do Simulador da PREVES, ajudamos os servidores públicos a terem uma estimativa do benefício acerca de sua Aposentadoria Complementar.

PREVES
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo

ACESSE O NOSSO SITE E CONFIRA!
www.preves.es.gov.br

UM ANO PARA ENTRAR NA **HISTÓRIA**

Aos poucos, a economia brasileira vai dando sinais de recuperação. Os resultados de julho a setembro foram positivos, puxados pela retomada de setores como indústria e construção civil. Nos últimos meses, devido ao isolamento social, compras e viagens foram adiadas, o que aumentou a poupança doméstica, e com a chegada de uma vacina contra a Covid-19, que parece estar próxima, deve continuar estimulando o consumo e a economia, sem afetar o desejo das famílias de manter reservas financeiras para o futuro.

Essa é a avaliação do economista Armando Castelar, Coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e da Escola de Direito do da FGV do Rio de Janeiro. Para o especialista, a tendência é que não haja resgates de planos de Previdência Complementar, mas um esforço maior para guardar dinheiro para a aposentadoria em um cenário de juros baixos, que afetam os rendimentos das aplicações. Para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), o desafio, agora, é trabalhar duro para atingir as metas atuariais.

Como a economia brasileira se saiu em 2020 na pandemia, comparada a outros países atingidos pelo Coronavírus de maneira semelhante?
Armando Castelar: Essa pergunta é mais complexa do que parece. Tudo depende do indicador usado. O PIB do segundo trimestre teve queda não muito diferente do observado na média de países da Europa e da América do Norte. Para o ano como um todo, ficaremos melhor do que o restante da América Latina e a Europa, que arrisca nova contração no quarto trimestre.

Melhor mesmo só a Ásia, que está tendo uma recuperação mais rápida, como mostram os casos da China e da Coreia. Influiu nesse desempenho relativamente bom o tamanho dos estímulos fiscais e monetários adotados pelo Brasil e EUA, onde o PIB também caiu, neste ano de 2020, bem menos do que se chegou a temer no auge da pandemia. Agora, esse padrão diverge bastante entre setores.

Estamos falando para uma revista voltada, sobretudo, para o investidor institucional e de longo prazo. Falando em perspectivas, como você avalia o cenário, sobretudo para esse público? O que podemos esperar do futuro?
Armando Castelar: É sempre difícil falar de futuro. A tendência é que o setor de serviços, em especial aqueles prestados as famílias, continue se recuperando de forma mais lenta e incompleta que os demais setores. Muitas das mudanças na forma como as empresas se organizam, em particular com o *"home office"*, eliminam empregos para trabalhadores com baixa qualificação. Isso faz com que o desemprego siga elevado e que muitos dos que voltam ao mercado de trabalho, só encontrem ocupações na informalidade.

A queda no consumo foi maior do que a queda na renda, então, sobrou dinheiro. Isso pode ser visto em todos os países, inclusive no Brasil. Mas tudo depende muito do que vai acontecer com a saúde e a questão sanitária.

Quais são as expectativas de médio a longo prazo?
Armando Castelar: Muita coisa reabriu e as pessoas voltaram a sair de casa. Aos domingos, as praias ficam lotadas. O comércio varejista já está melhor do que um ano atrás. A indústria de transformação e a construção civil estão progredindo. Os serviços que exigem contato próximo entre as pessoas é que ficaram mais para trás.

Mais para frente é um pouco incerto, porque o impulso fiscal tem de ser diminuído devido a necessidade de controlar a expansão da dívida pública e de controlar gastos. Isso tende a puxar a economia para baixo. Será preciso fazer algo mais modesto em relação ao auxilio emergencial, algo que permita reduzir o déficit público. A tendência é continuar a ver uma recuperação gradual do consumo, ou forte, se tiver vacina.

Isso é importante para compensar o fim da transferência de renda que o setor público fez em 2020 com o auxílio emergencial e que vem ajudando muito a segurar a economia.

Em 2021, com a vacina, a economia deve se recuperar mais fortemente, crescendo uma faixa de 3%. Agora, é sempre bom lembrar que o Brasil já tinha dificuldade de crescer antes da pandemia e as travas que nos atrapalhavam continuam lá. Ou seja, após sair do buraco, o país chegar novamente aquela rampa semi-horizontal na qual estava há anos.

Vimos que famílias seguraram o consumo na pandemia, o que produziu reflexos na poupança. É possível medir essa reação?
Armando Castelar: A poupança no segundo trimestre de 2020 foi 15,5% do PIB; e no segundo trimestre de 2019, 13,7%. As reservas domésticas aumentaram significativamente, enquanto as do governo diminuíram. É uma boa quantidade de dinheiro, que pode estar em várias aplicações, como fundos, ações e contas correntes.

Os fundos de previdência privada temem que as pessoas mexam nas reservas financeiras quando o consumo voltar aos níveis anteriores aos da pandemia. Isso deve acontecer?
Armando Castelar: Não vejo esse risco. Os estudos mostram que famílias de baixa renda pegaram o auxílio emergencial e continuaram consumindo. No varejo, temos visto compra de eletrodomésticos com entrada de 600 reais e o resto do pagamento parcelado. Quem está poupando é a parcela da população de renda alta. Mesmo quando essas pessoas voltarem a consumir como antes, acredito que elas vão continuar investindo, porque sempre existe uma insegurança em relação ao futuro, agora elevada pelo receio de pandemias. Creio que os juros não retornam para onde estavam. Para ter uma aposentadoria, será necessário poupar mais por causa desses juros mais baixos.

Então, a preocupação das entidades não deve ser os resgates, mas fazer frente às metas atuariais nesse cenário de juros em queda?
Armando Castelar: Sim. Quando se pensa em aposentadoria, o foco e a meta são o que se quer atingir lá no final. E isso, fica mais difícil com os juros baixos.

Fonte:
http://www.abrapp.org.br/Lists/Revista/VisualizarConteudo.aspx?ID=588

GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS TEM VERSÃO **ATUALIZADA**

Por Martha E. Corazza

Revisto e atualizado, o Código de Autorregulação em Governança de Investimentos dos fundos de pensão ganhou em 2020 uma versão compatível com as transformações do mercado de investimentos e da própria regulação do sistema, a Resolução CMN no 4.661 e outros normativos. Há, em particular, ênfase na responsabilidade dos diversos agentes de governança ligados aos processos decisórios de investimentos.

"A Autorregulação é sempre positiva"

O trabalho de revisão, coordenado pela Comissão Mista de Autorregulação da Abrapp, contou com referências nacionais e internacionais, além da contribuição importante de fontes institucionais, como a Previc; a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec); Anbima, Abvcap, Apimec, B3, CRA/SP, Instituto Ethos, IBGC, Ibracon e OCDE.

As adesões da Amec e do Instituto Ethos, que passaram a integrar o Conselho de Autorregulação mais recentemente, revelam a importância dada pelas lideranças do mercado o tema, afirma o Presidente do Conselho e Diretor-Presidente da Abrapp, Luis Ricardo Marcondes Martins. *"Essa participação mostra que a Autorregulação na Previdência Complementar Fechada está consolidada e teve um papel fundamental no resgate da credibilidade do sistema."* O projeto vem sendo desenvolvido no âmbito da Abrapp, Sindapp e ICSS.

"A Autorregulação é sempre positiva e agrega importantes medidas para o sistema. A Previc tem participado e apoiado o processo desde o início. Notamos que as discussões acontecem num grupo de elevada qualificação e capacidade de trabalho", disse o Diretor Superintendente da autarquia, Lucio Capelletto.

A adequação do código as normas mais recentes, como a Resolução CMN no 4.661, era necessária por conta das mudanças inerentes ao mercado ao longo do tempo, inclusive com novos produtos de investimento. *"Eventuais modificações na regulação daqui para a frente, que venham a ser encaminhadas pelos diversos reguladores até chegar ao âmbito do Conselho Monetário Nacional - CMN, não devem impor alterações significativas ao novo código"*. Ponderou, Capelletto.

Para o Diretor-Presidente do Sindapp, José de Souza Mendonca, o aprimoramento do código de Governança em Investimentos deverá ser um divisor de águas ao definir padrões, sistematizar condutas e estabelecer parâmetros em questões de ética, compliance, capacitação profissional, segregação de funções e outros temas crucias.

Estrutura e Formato

A expectativa é que a atualização ajude a acelerar o processo de adesões, diz o Coordenador da Comissão Mista de Autorregulação, José Luiz Rauen. Atualmente, há 62 entidades aderentes e 11 entidades certificadas com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos. *"O trabalho de revisão ficou muito robusto, e deve ajudar a estimular mais as adesões, ainda que esse processo ocorra normalmente de forma gradual em todos os setores do mercado que já adotaram a Autorregulação"*, avalia.

A nova edição reafirma uma das principais características do modelo, que é a possibilidade de revisitar códigos sempre que for necessário atualizar e modernizar seu conteúdo. Além disso, argumenta Rauen, a grande diversidade de EFPCs que integraram esse debate colaborou para tornar o Código compatível com um dos pilares básicos da Autorregulação: o de *"caber em todos os pés"*, ou seja, respeitar a natureza, a estrutura e o porte das entidades aderentes.

Entre as alterações está o formato, que agora inclui um manual explicativo de aplicação que integra o próprio Código ao invés de ser um instrumento complementar a ele. "*Esse formato integrado foi adotado no segundo Código de Autorregulação feito pelo sistema, o de Governança Corporativa. Descobrimos que gostamos mais desse modelo, então resolvemos padronizar os dois.*"

A estrutura do código segue três eixos temáticos. No eixo normativo, a atualização inclui alterações nas regras de investimentos das EFPCs: Resolução CMN no 4661/2018, Resoluções CNPC no 27/2017 e 32/2019, e Instruções Previc no 12/2019, 3/2018 e 6/2018, entre outras. O eixo conceitual reflete a adequação do código a evolução de temas como os investimentos ASGI (responsabilidade ambiental, social, de governança, e integridade e comportamento ético). Já o eixo institucional e definido pela integração com o Código de Autorregulação em Governança Corporativa, ambos em formato padronizado para ampliar a unidade conceitual e institucional da Autorregulação do sistema.

São, ao todo, seis capítulos: proposito da Autorregulação em governança de investimentos; fundamentos da governança de investimentos; processos de investimentos; os agentes de governança de investimentos; a governança do próprio Código e disposições finais. Ao longo dos capítulos estão elencados tópicos relevantes, com destaque para a Gestão Baseada em Riscos (GBR), compliance, responsabilidade corporativa, dever fiduciário, capacitação profissional, comunicação com o participante e segregação de funções, entre outros.

Cada tópico, por sua vez, segue uma estrutura composta por definição, Principio, Diretrizes e Obrigações, que explicitam com maior clareza o seu conteúdo. Rauen cita três elementos que foram destacados durante as discussões e adotados como norteadores de todo o processo de revisão: o fato de que a observância dos processos não garante resultados de investimentos; a necessidade para que todas as EFPCs tenham uma estrutura de custodia; e a decisão de reforçar, nesta segunda versão do Código, a adoção dos princípios ASGI.

O período de 30 dias em audiência pública foi fundamental para receber as cerca de 150 contribuições de diversas EFPCs e instituições parceiras. *"Todas as sugestões foram analisadas e adotamos boa parte delas"*, afirma o Coordenador.

Fonte:
http://www.abrapp.org.br/Lists/Revista/VisualizarConteudo.aspx?ID=588

Por Martha E. Corazza

INOVAÇÃO SERÁ A MARCA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM SAÚDE NO CENÁRIO **PÓS-PANDEMIA**

Agilidade na tomada de decisão e senso de urgência contribui para mudanças no setor.

A pandemia da Covid-19 mudou quase todos os aspectos da vida das pessoas, tanto como indivíduos quanto profissionalmente. Os efeitos a curto prazo deste de-safio global estão por toda parte, mas os impactos a longo prazo ainda estão sendo discutidos, entre eles, a transformação tecnológica no setor de saúde.

Adaptação

Perda do faturamento e queda nas vendas... Os negócios enfrentam um período difícil.

Nesse cenário, se adaptar é a única maneira de permanecer competitivo no mercado. Já não há mais espaço para velhas práticas e sistemas defasados. Ser uma organização moderna tornou-se um item de sobrevivência.

A pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI) chamou a atenção. Segundo ela, as soluções inovadoras serão decisivas para o país enfrentar os efeitos da Covid-19 sobre a saúde da população e minimizar os prejuízos sociais e econômicos. Ainda de acordo com o levantamento, em uma segunda etapa, o fator será imprescindível para acelerar a retomada da atividade e do desenvolvimento da economia no Brasil.

Entre as mais de 400 corporações ouvidas, 83% precisarão de mais inovação para crescer ou mesmo permanecer no mundo pós-pandemia. Para os executivos das indústrias, a linha de produção é prioritária para receber o progresso (58%), seguida pela área de vendas (19%).

A tecnologia é o fator ideal para auxiliar os empresários nesse momento.

O futuro da saúde está se formando diante de nossos olhos com os avanços nas tecnologias digitais de saúde, tendo como ponto central a experiência do usuário/paciente. Toda a inovação através de inteligência artificial, VR/AR, impressão 3D, robótica ou nanotecnologia deverá ser integrada na relação médico **x** paciente buscando melhorar a experiência de ambos. Temos que nos familiarizar com os desenvolvimentos mais recentes para sermos capazes de controlar a tecnologia e não o contrário.

Agilidade na tomada de decisão e senso de urgência contribui para mudanças no setor; empresas que acompanharam as mudanças, como a Doctoralia, já registram crescimento de usuários e clientes.

A pandemia da Covid-19 mudou quase todos os aspectos da vida das pessoas, tanto como indivíduos quanto profissionalmente. Os efeitos a curto prazo deste desafio global estão por toda parte, mas os impactos a longo prazo ainda estão sendo discutidos, entre eles, a transformação tecnológica no setor de saúde.

Para o CEO, Cadu Lopes, na medicina e na saúde, a tecnologia digital pode ajudar a transformar sistemas insustentáveis em sustentáveis, equalizar a relação entre profissionais médicos e pacientes, fornecer soluções mais baratas, rápidas e eficazes para doenças. Ainda segundo Lopes, *"a tecnologia só pode ajudar e melhorar nossas vidas se estivermos integrados e se estivermos sempre, pelo menos, dois passos à frente dela. Se cumprirmos essa regra, a cooperação entre pessoas e tecnologia pode resultar em conquistas incríveis".*

Fontes:
https://diariodocomercio.com.br/opiniao/inovacao-e-indispensavel-no-cenario-pos-pandemia/

https://www.saudebusiness.com/mercado/ps-pandemia-ser-marcada-por-inovao-e-transformao-digital-em-sade

ESTADOS E MUNICÍPIOS AVANÇAM NA IMPLANTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em linha com direcionamento regulatório, a tendência inicial é de adesão a entidades já estruturadas

Apontada como uma das principais apostas para fomento, a obrigatoriedade de que entes federativos (estados e municípios) ofereçam planos de Previdência Complementar para seus servidores, movimenta o sistema. De acordo com o último mapa de acompanhamento da evolução deste processo no país, elaborado pela Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC), 21 entes já têm planos em operação; outros dois estão autorizados e um está em fase de implantação. Isso faltando ainda pouco mais de um ano para o fim do prazo estabelecido pela EC no 103/2019, que tratou da reforma da previdência para a adequação

A tendência observada até aqui é de adesão a entidades já estruturadas, a exemplo do que foi feito por Mato Grosso do Sul, um dos últimos planos de Previdência Complementar de servidores a entrar em funcionamento.

"Conforme a resolução no 35 do CNPC, a recomendação é que primeiro seja feita a adesão a um plano já existente e só depois seja criado um plano próprio, e isso apenas se houver pelo menos 1 mil participantes. Também é possível ter entidade própria, mas, nesse caso, são necessários ao menos 10 mil participantes", explica o Subsecretario do Regime de Previdência Complementar, Paulo Valle.

A recomendação se deve aos custos operacionais de implantação de uma entidade ou mesmo de um plano próprio, partindo do zero. A maioria dos estados e municípios não tem expertise para gerenciar uma estrutura própria de Previdência Complementar. Por isso, a expectativa é que as entidades multipatrocinadas sejam a opção inicial, sem prejuízo a eventual mudança futura para uma entidade própria.

Isso pode acontecer, por exemplo, com entes que hoje não possuam número suficiente de servidores com remuneração acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para ter plano ou entidade próprios. Mas nada impede que esse quadro mude com a instalação de uma universidade ou hospital, por exemplo, o que normalmente exige a contratação de pessoal com salários mais altos e a realização de concurso público.

Embora o prazo para a adequação estabelecido pela reforma termine em dezembro de 2021, cabe ressaltar que os entes não tem tanto tempo assim para viabilizar a mudança. Afinal, um dos passos iniciais é a aprovação de lei que crie o regime de Previdência Complementar dos servidores no âmbito de cada estado e município.

.

A criação de plano próprio por estado ou município só é recomendada quando houver ao menos 1 mil participantes.

O tema vem sendo tratado pelo Grupo de Trabalho sobre Entes Federativos da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK), que discute uma proposta de Lei Complementar que regulamente a atuação das entidades abertas. Entre as demandas do sistema fechado, está principalmente, o tratamento tributário que favorece os planos individuais.

Outro ponto em discussão é a retirada da diferenciação entre produto financeiro e produto previdenciário e as políticas de investimento distintas, reguladas pela resolução CMN no 4.444, nas abertas, e pela resolução CMN no 4.661, nas fechadas.

"Na verdade, a reforma veio para permitir a redução das assimetrias, porque elas existem, bem como a concorrência entre abertas e fechadas", ressalta Valle.

Fonte:
http://www.abrapp.org.br/Lists/Revista/VisualizarConteudo.aspx?ID=588

PREVES SE PREPARA PARA **OFERECER PLANOS** PARA **ESTADOS E MUNICÍPIOS**

A PREVES, o fundo de Previdência Complementar dos servidores públicos do Espírito Santo, se prepara para oferecer o regime de previdência complementar para governos estaduais e municipais. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), aprovou em novembro de 2020, através da Portaria 795, o Plano Multipatrocinado para Entes Federativos, o PREVES Entes. O funcionamento do plano aguarda aprovação de projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa capixaba.

Alexandre Wernersbach Neves, diretor-presidente da Fundação

"Estamos definindo as estratégias de abordagem de outros entes federativos, enquanto aguardamos a aprovação do projeto de lei. Aprovação esta, já esperada que esteja liberada ainda nesse início de 2021", comenta, Alexandre Wernersbach Neves, diretor-presidente da Fundação.

De início, os esforços serão concentrados no cenário estadual. Com o apoio da Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (ACIP), a entidade programa a realização, nos próximos dois meses, de um seminário virtual para os 35 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) do Estado. RPPSs têm prazo até 13 de novembro de 2021 para oferecer aos servidores públicos com vencimentos acima do teto de benefícios do INSS planos de complementação de aposentadorias, conforme determinação da Reforma da Previdência.

"O processo de transição dos RPPSs para a previdência complementar só está começando", observa Alexandre. Segundo a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, dos 2,1 mil municípios com regimes próprios, apenas 40 aprovaram leis instituindo a previdência complementar para os regimes próprios. O único caso registrado até agora no Espírito Santo é o do município de Serra.

Constituída em 2013, a PREVES contabiliza um patrimônio líquido ao redor de R$ 60 milhões e soma cerca de 3,6 mil participantes. Desses que representam uma reduzida parcela dos cerca de 35 mil servidores estaduais, grande parte é de funcionários admitidos nos últimos sete anos. *"Por lei, todo novo servidor estadual tem de vir à sede da PREVES para conhecer a previdência complementar antes de decidir se vai ou não aderir ao nosso plano"*, informa, Alexandre. *"Os graus de adesão, após as apresentações, atingem 99% dos servidores acima do teto da previdência social e 67% dos que estão abaixo"*, complementou.

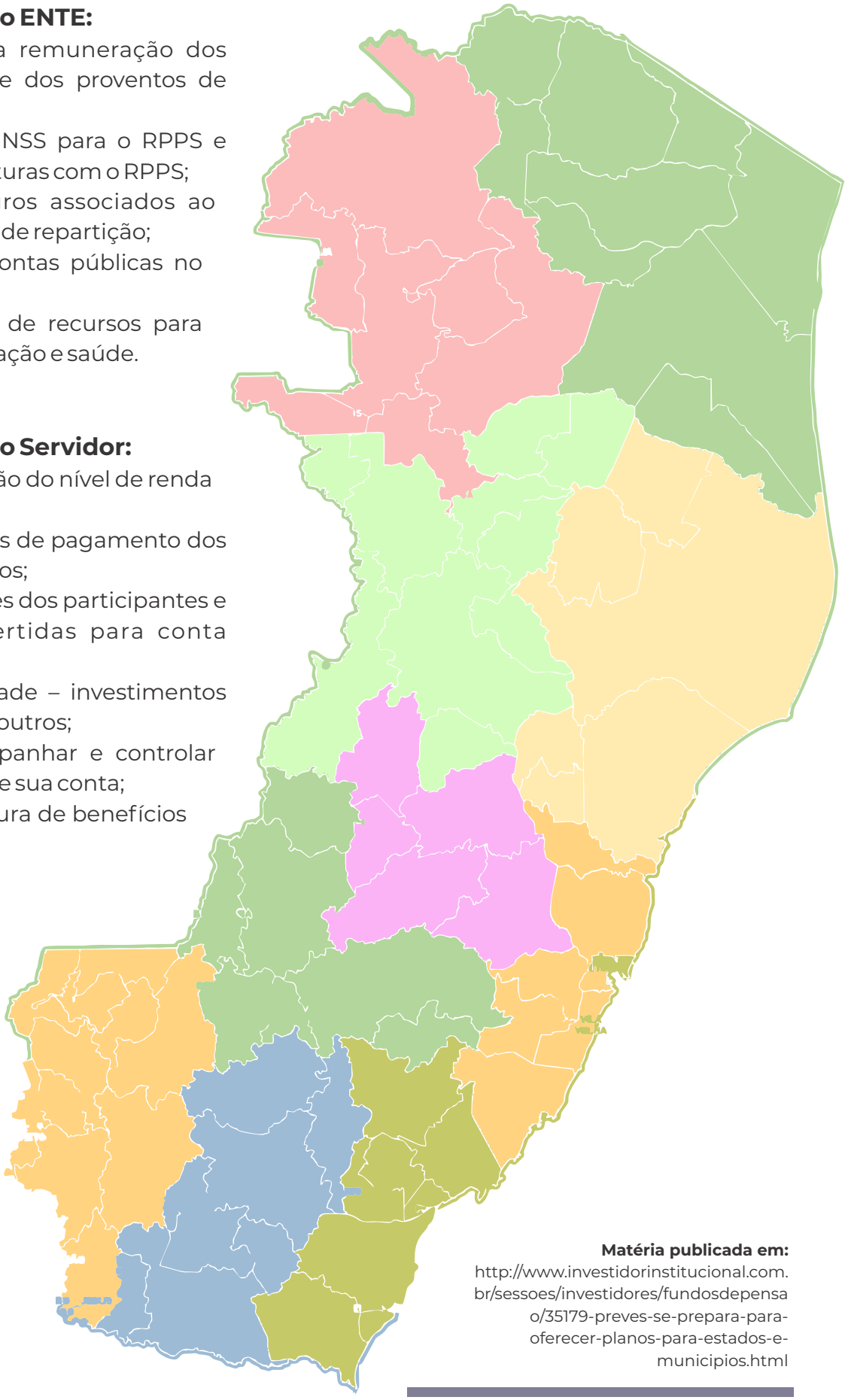
Além das Prevcoms de São Paulo e Minas Gerais, da RJPrev e da PrevNordeste que já oferecem planos de previdência complementar fechada aos RPPS, é aguardada uma lei complementar que permitirá a esses institutos levar seus planos para a previdência aberta.

Vantagens do RPC para o ENTE:

- Desvincular o valor da remuneração dos servidores em atividade dos proventos de aposentadoria no RPPS;
- Estabelecer o teto do INSS para o RPPS e Diminuir as despesas futuras com o RPPS;
- Reduzir os riscos futuros associados ao modelo exclusivamente de repartição;
- Impacto positivo nas contas públicas no médio e longo prazo;
- Possibilitar o aumento de recursos para outras áreas como educação e saúde.

Vantagens do RPC para o Servidor:

- Possibilitar a manutenção do nível de renda da ativa;
- Diversificação das fontes de pagamento dos benefícios previdenciários;
- Equidade – contribuições dos participantes e patrocinadora são vertidas para conta individual;
- Potencial de rentabilidade – investimentos em renda fixa, variável e outros;
- Possibilidade de acompanhar e controlar saldo e a rentabilidade de sua conta;
- Possibilidade de cobertura de benefícios não programados.



Matéria publicada em:
http://www.investidorinstitucional.com.br/sessoes/investidores/fundosdepensao/35179-preves-se-prepara-para-oferecer-planos-para-estados-e-municipios.html

Mantenha-se conectado e informado, siga a **PREVES** nas redes sociais e fique por dentro de tudo que acontece na fundação.

siga as nossas rede sociais:

@preves_es

@preves.es

PrevesES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS E JOVENS JÁ É **DISCIPLINA ESCOLAR**

Problema cultural do País, falta de educação financeira dá lugar a ensino obrigatório, instituído pela Base Nacional Comum Curricular para início ainda este ano.

Ensinar crianças e jovens a cuidar das finanças é tarefa importante que pode ser feita dentro de casa. Através da economia doméstica e do orçamento familiar, os pais conseguem mostrar aos filhos a importância de economizar e poupar. Sabemos que educar as crianças a respeito do dinheiro é algo que envolve três valores essenciais: paciência, definição de prioridades e propósitos.

Isso, aliás, é algo que deve fazer parte da rotina de qualquer pessoa, não apenas das mais novas, mas são justamente estas que tendem a ter melhores resultados com esse aprendizado. As crianças têm mais tempo a seu favor, o que permite usarem melhor os juros compostos aumentando as chances de retorno.

Essa prática trouxe resultados positivos na casa do vendedor Moisés Misael Ferreira do Nascimento, de Pitangueiras-SP, empenhado em ensinar ao filho Nicolas, de 7 anos, o valor do dinheiro. *"Eu vi, notoriamente, que ele, ao saber acerca de economia, apaga a luz e desliga a televisão que não está assistindo. Ele vê aquilo que é necessário fazer e faz. Também, desliga a torneira para economizar. De fato, ele sabe valorizar. E ele não pede aquilo que outrora ele pedia, a partir do momento que comecei a ensinar para ele noções de educação financeira"*, afirma.

A importância desse ensino para crianças e jovens está sempre em debate, porque o brasileiro, em geral, carece de uma vida econômica saudável. O exemplo da família de Pitangueiras é exceção à regra. Em outubro de 2020, o país alcançou o percentual de 66,5% de famílias endividadas. Embora o índice apresente queda em relação ao mês de setembro, quando eram 67,2% de famílias, o número ainda é alto comparado aos 64,7% registrados em outubro de 2019. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurados mensalmente desde janeiro de 2010 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A preocupação com a falta de planejamento orçamentário das contas pessoais do brasileiro fez a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definir pela obrigatoriedade da educação financeira no currículo dos ensinos infantil e fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil. A disciplina entra no documento desses currículos ainda este ano como um tema contemporâneo transversal, compondo o currículo de matemática. A BNCC é a responsável por definir as aprendizagens necessárias a serem desenvolvidas por todos os alunos da Educação Básica, e a entrada desse conteúdo como disciplina escolar, encontra suporte na academia.

Estudioso da educação financeira nas escolas, o professor Cláudio de Souza Miranda, do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP, afirma que a falta de educação financeira para crianças constitui um problema cultural no país e que aguarda possível melhora desse cenário.

Porém, para que os alunos consigam entender a importância desse assunto em sala de aula, ele deve abordar a realidade vivida pelas crianças e por suas famílias. Segundo a pesquisadora Hudmaira Martins, é preciso que seja mostrada a utilidade do controle das finanças na vida cotidiana. *"Os efeitos dessas intervenções educacionais tendem a melhorar a forma como essas crianças irão lidar com o dinheiro e como irão tomar decisões financeiras, o que, consequentemente, acarretaria na diminuição do número de inadimplentes"*, explica.

Como falar de dinheiro com crianças

Primeiro, é preciso que as crianças aprendam o que é o dinheiro. Entendendo que ele nada mais é do que um mecanismo de troca, fica mais fácil ensinar que existem formas de obtê-lo. Essa é uma noção básica que ajuda a gerar uma compreensão de que para ter o que quer a pessoa precisa oferecer algo.

A ideia é que o acúmulo não se dê apenas para que a criança junte dinheiro, mas sim para que tenha como alcançar um objetivo. A criança precisa aprender a ter disciplina e paciência, o que será importante no futuro, quando estiver investindo em uma estratégia de longo prazo.

Como associar dinheiro a trabalho

Nessa lógica, a criança tende a começar a compreender a dinâmica de algo que é fundamental na sociedade em que vivemos: o trabalho, afinal, é por meio dele que é possível alcançar os objetivos. Os pais podem ajudar, atrelando o trabalho a valores como o propósito. Crianças que aprendem isso, desde cedo, podem crescer sabendo que é possível ganhar dinheiro exercendo atividades com as quais se identificam.

A hora de certa de começar a falar sobre o assunto

Assim que as crianças começarem a dar sinais de que já assimilam esse tipo informação, os pais podem introduzir conceitos como o de investimentos, como a poupança. A partir dos 3 anos, as atividades lúdicas podem ser inseridas na rotina infantil. Já a partir dos 10 anos, as crianças podem ter contas específicas com cartão de débito nos bancos. Vale a pena conferir as diferentes soluções que as instituições financeiras oferecem para quem tem menos de 18 anos.

Fonte:
https://jornal.usp.br/atualidades/educacao-financeira-para-criancas-e-jovens-vira-disciplina-escolar/

https://www.jornalcontabil.com.br/educacao-financeira-para-criancas-como-abordar-esse-assunto/

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA **PÓS-PANDEMIA**

Menos de uma em cada cinco pessoas constituiu reservas para poupança no período anterior à eclosão da crise

Muitas reflexões sobre as lições que ficarão deste período, têm se apresentado. Fica evidenciada a concentração de ideias sobre como os governos e a sociedade podem se ajustar para melhor prevenção e reação a futuros eventos adversos.

Desta constatação, emergem recomendações de como governos e instituições multilaterais poderiam agir para mitigar riscos futuros, como: governos com mais quadros qualificados e multidisciplinares para políticas preventivas e reativas eficazes; estruturas hospitalares mais robustas; maior produção local e estoques de itens estratégicos de saúde; maior coordenação global, inclusive entre cientistas, para cooperação em momentos de crises de escala mundial.

Para dar a dimensão da importância de se avançar na educação financeira para futuras crises, em pesquisa feita pouco antes da pandemia, pela Anbima e Folha de São Paulo, apenas 38% das pessoas das classes A, B e C constituíram algum tipo de reserva em 2019. Se, considerar que as pessoas das classes D e E não constituíram reserva, chega-se a 70% da população que adentrou o período da pandemia sem condição de constituir nenhuma reserva financeira.

Mais do que isso, 40% das pessoas que constituíram reserva o fizeram para consumo futuro (bens duráveis, imóveis, reforma de casa, viagem e estudos), reduzindo para apenas 18% o contingente de pessoas que constituíram reservas para poupança permanente. Este é o pano de fundo simplificado da vulnerabilidade financeira pré-pandemia no Brasil. Menos de uma em cada cinco pessoas constituiu reservas para poupança no período anterior à eclosão da crise.

Há um aprendizado que não depende de governos e instituições multilaterais e que contribuiria muito para um menor grau de sofrimentos em eventos futuros adversos.

Algo que está às mãos de cada indivíduo, a educação financeira, com formação de poupança precaucional para eventos imprevistos.

A pandemia remodelou alguns comportamentos humanos e, quem sabe, não venha a ser o despertar da cultura da educação financeira e dos investimentos no Brasil.

A melhor educação financeira é crucial para minimizar os efeitos negativos de novos eventos adversos, portanto, nada mais é do que prover as ferramentas para que cada indivíduo saiba lidar financeiramente com as dificuldades e surpresas que se apresentarão.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Atitudes recorrentes e disciplinadas são poderosas para constituição de uma condição financeira favorável:

Mapeamento regular de orçamento.
De onde vem suas receitas, para onde fluem seus gastos (recorrentes e eventuais), comparação de preços nas compras de maior valor, revisão de gastos supérfluos e renegociação de dívidas com linhas de crédito mais baratas.

Destinação regular de um percentual fixo de seus ganhos para uma conta de "segurança financeira".
Destinar, de preferência, no início do mês, para que este dinheiro não sofra com a tentação do consumo imediato. Usar parcela de ganhos extraordinários (13° salário, rescisão contratual) para a reserva também ajuda.

Avaliação criteriosa e recorrente de onde investir os recursos de sua reserva.
Compreensão gradual das diferentes alternativas de investimentos, com adequação ao perfil de cada indivíduo e ao seu contexto de ciclo de vida, como por exemplo, fundos de previdência.

Algumas dessas mudanças estruturais ficam mais evidenciadas em um momento de dificuldade extrema, como tem sido a pandemia. Talvez se possa extrair, do momento de dificuldade, esta mudança de atitude, com ações cotidianas e regulares que levem à constituição de sua reserva financeira própria.

Fonte: https://valorinveste.globo.com/blogs/estevao-scripilliti/coluna/a-pandemia-e-a-importancia-da-educacao-financeira.ghtml

DIMINUIÇÃO DOS GASTOS

Se, apesar das incertezas, você está tentando se planejar financeiramente para o período pós-pandemia ou está tentando se reorganizar depois desse tempo de crise, sugiro que comece identificando qual foi o impacto da pandemia nas suas finanças

Outro ensinamento que a pandemia trouxe foi a **diminuição dos gastos**, seja por opção ou por necessidade. Essa afirmação é confirmada pela pesquisa que foi realizada pelo Ibope Inteligência, que mostra que 51% das pessoas pesquisadas diminuíram seus gastos durante a pandemia e 27% começaram a guardar mais recursos para possíveis eventualidades no futuro. Espera-se que esse hábito permaneça mesmo quando a pandemia acabar.

O primeiro aspecto a ser considerado na organização das finanças pessoais é fazer um levantamento do efeito da pandemia no seu orçamento pessoal/familiar. Ou seja, o que mudou em relação às suas receitas? Você está recebendo menos? Está recebendo mais ou nada alterou nas suas receitas? O mesmo deve ser feito em relação aos gastos.

Você pode até pensar: mas fazer isso é desnecessário, pois eu sei que meus custos aumentaram. **Ou:** eu sei que minha receita diminuiu. Entretanto, o principal objetivo aqui é saber exatamente o quanto aumentou/diminuiu da sua receita, o quanto aumentou/diminuiu dos seus gastos ou o quanto você gastou ou conseguiu aumentar da sua reserva. E a forma mais eficaz de fazer isso ainda é por meio do controle do orçamento pessoal/familiar, que pode ser feito utilizando planilhas de Excel, aplicativos de celular ou no clássico caderninho de anotações. Após ter ideia do impacto da pandemia no seu orçamento pessoal/familiar é que vai ser possível criar estratégias para o pós-pandemia.

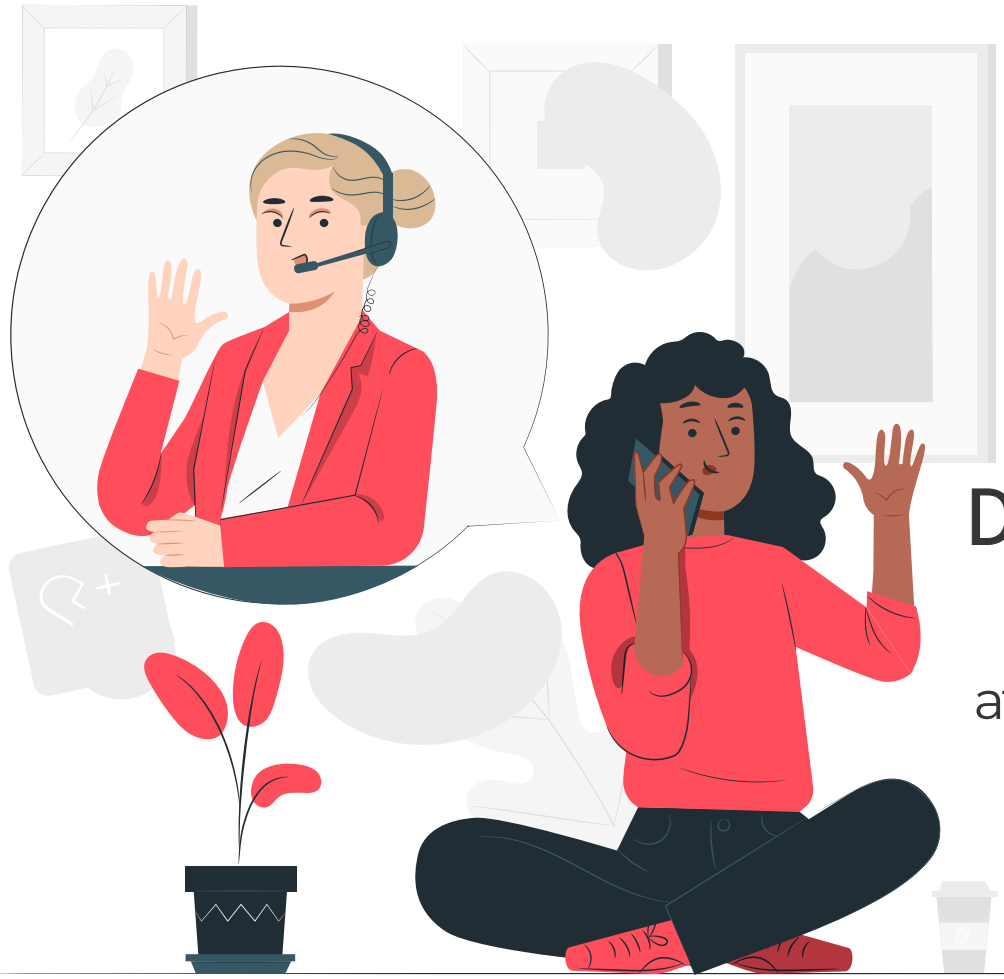
Crie um planejamento de curto, médio e longo prazo. Em resumo, sabendo da sua real situação financeira atual, você poderá criar estratégias para alcançar seus objetivos de curto, médio e longo

prazo. Por exemplo, se você ficou endividado durante a pandemia, a ideia é criar estratégias para renegociar essas dívidas e/ou buscar novas fontes de receitas para sair dessa situação.

Dica: estabeleça prazos para isso. Você pode decidir que deseja sair desta situação até o final de 2021, por exemplo, mas tente não criar prazos fora da sua atual realidade. Se seu objetivo é começar a fazer uma reserva de emergência, estabeleça quanto você pode guardar todo mês e tente ser constante com esses aportes. Em outras palavras, tenha foco no seu objetivo. Além disso, busque conhecimento para saber onde colocar esse dinheiro, o fazendo render com segurança.

Por fim, eu sei que é difícil ou quase impossível prevê o que vai acontecer no futuro, mas podemos estar mais bem preparados para futuras eventualidades. Então, busque sempre conhecimentos e vamos lá!

Fonte:
https://tc.com.br/tc-school/educacao-financeira/educacao-financeira-no-pos-pandemia/



SERVIDOR, em TEMPOS DE PANDEMIA,

saiba que a preves vai até você por atendimento online.

Servidor Público, você pode solicitar a visita de um de nossos profissionais de atendimento na sua instituição. O consultor, vai te apresentar os benefícios que você e a sua família terão na aposentadoria ao obter um plano de Previdência Complementar da PREVES.

Ed.Fausto Dallapicolla, R. Marília de Resende Scarton Coutinho, 180 - Salas 201 e 301- Enseada do Suá, Vitória - ES

(27) 3322-9802

atendimento@preves.es.gov.br

preves.es.gov.br

@preves.es

facebook/PrevesES

@preves_es

SAÚDE MENTAL. PREOCUPAÇÃO DURANTE E PÓS A COVID-19

2020 foi um ano com uma crise avassaladora, fazendo com que as nossas vidas mudassem totalmente com a pandemia. Por causa disso, em todos os lugares e em todas as idades há um grande aumento dos níveis de estresse e ansiedade.

Nesse momento, as incertezas geram o medo, o desemprego, a crise econômica, a dor, a angústia, o luto, a solidão e outros, diante de tantas mudanças e dificuldades que estamos passando, é importante darmos uma atenção, um cuidado especial, ao nosso psicológico.

Diante desses fatos, nunca vivenciados por nossa geração, os especialistas em saúde mental explicam que tudo isso pode *"encadear uma crise sanitária em nossas cabeças"*. O número de pessoas com problemas psicológicos tende a aumentar significativamente, por isso é importante não somente higienizar as nossas mãos, mas é muito importante cuidarmos do nosso emocional, visto que as mudanças em nossas rotinas foram impactantes.

Em uma época tão desafiadora como essa que estamos vivendo, é fundamental prestarmos atenção agora, para que a saúde mental não seja um problema maior a ser enfrentado futuramente, quando a pandemia passar.

Mas como podemos cuidar do nosso psicológico, se fomos submetidos a um isolamento social? Fomos privados de vivermos em conjunto, também de compartilhar as pequenas coisas fundamentais para o nosso bem-estar, para a nossa felicidade: um aperto de mão, um abraço, um simples tapinha nas costas, criando um doloroso e imenso vazio em nossas vidas.

Os especialistas recomendam manter, dentro do possível, uma certa rotina em nossas vidas. Manter uma vida dentro do possível saudável: boa alimentação, dormir bem, atividade física, evitar consumir bebidas alcoólicas no período do isolamento, para que possamos gerir o nosso equilíbrio psicológico, diante de tantas mudanças, que bagunçaram com a nossa estabilidade.

É muito importante que não deixemos o nosso emocional tomar conta de tudo ao nosso redor em um momento tão delicado como esse. Temos que nos preparar para quando tudo isso passar, trabalhando o nosso emocional para sairmos dessa crise mais forte. Se for preciso, procure ajuda e cuide da sua saúde física e mental.

Fonte:
http://saudedebate.com.br/noticias/saude-mental-preocupacao-durante-e-pos-pandemia-de-covid-19

DE REPENTE, TUDO MUDOU...

Por Carolina B. Menezes

Desprevenidos, ninguém se preparou
Em um piscar de olhos, a vida chacoalhou
Uma pandemia eclodiu
Uma onda de insegurança surgiu
Uma sensação de medo invadiu
Nossas saúdes ameaçadas
Nossas rotinas reviradas
As certezas despedaçadas
De repente, como que num instante
A perspectiva de futuro ficou distante
O mundo frenético e acelerado
sente-se desafiado
Encontra-se desarmado e preocupado
Não tem para onde fugir,
hora de refletir
para onde queremos ir?

Oportunidade para uma pausa
sem culpar, ponderar sobre a causa
Mesmo na crise, tentar se fortalecer
o que desta lição posso aprender?
Cuidar da imunidade
Cultivar hábitos que trazem vitalidade
Valorizar a família e a amizade
Mesmo querendo, nem sempre
é fácil que algo mude
Estilo de vida depende de
escolha e atitude
Qual a prioridade que damos
à nossa saúde?
Mesmo em meio à dificuldade
nos lembramos de abrir
espaço para o que traz felicidade?
Será que sabemos diferenciar
uma alegria fugaz
daquilo que realmente nos
preenche e traz paz?
Certamente precisamos de estabilidade
e segurança financeira

Mas qual a importância que atribuímos à satisfação passageira?
Claro, precisamos e queremos diversão
Falar bobagem e rir até rolar no chão
Crescemos com arte, cultura e lazer
É saudável dormir, descansar e,
muitas vezes, nada fazer
Cada um deve explorar e descobrir
com o que a sua alma quer se nutrir
Há que se regar a própria saúde mental
Dedicar-se ao que alimenta
o bem-estar emocional
O sofrimento também faz parte,
é algo natural
Mas nenhuma emoção deveria
ser incapacitante ou prejudicial
Cada dia pode ser uma nova
inspiração, não desista
Busque seu sentido de vida
e motivação, insista
Se engana quem pensa que saúde
é apenas a ausência de doença
Saúde é bem-estar físico, psicológico,
social e, para alguns, também espiritual
São conquistas, desejos, mas acima de tudo,
um constante desenvolvimento pessoal
Se cuide, se abrace, se ame, descubra e
invista no seu potencial.

Como diz o ditado,
para morrer basta estar vivo
Portanto, que possamos
sempre achar um bom motivo
para fazer valer este presente
que nos foi concedido.

Fonte:
https://www.pfizer.com.br/sites/default/files/inline-files/Guia-de-Saude-Menta-%20pos-pandemia-Pfizer-Upjohn.pdf

PREVES RESPONDE

PRIMEIRO ACESSO a Área de Participante. Como deve ser feito?

Ao entrar no link da ***"ÁREA DO PARTICIPANTE"***, localizado na página principal do site da PREVES, clique em *"Primeiro Acesso"* e siga as instruções. As senhas são criadas aleatoriamente, segue instruções abaixo:

Nesta tela, serão exibidas as opções de login e de criação/recuperação de senha. Para receber uma nova senha o usuário deverá confirmar seu CPF e data de nascimento, clicar em ***"Cadastrar Senha"*** e aguardar a confirmação de envio para sua conta de e-mail, o que foi informado no ato da adesão ao Plano de Benefícios, ou posteriormente inserido em seu cadastro através de uma alteração cadastral.

Caso você não tenha o e-mail cadastrado, terá que atualizar o cadastro vindo a PREVES ou atualizar o cadastro utilizando o formulário constante em nosso site, no menu **REQUERER**. Em nosso sistema, você não pode criar sua própria senha. Reafirmando, as senhas são criadas aleatoriamente.

Sou um participante da PREVES e pretendo realizar aporte no meu plano de Previdência Complementar, gostaria de orientação.

R: É preciso informar por e-mail: seu nome completo; número do CPF; valor a ser aportado; e a data do vencimento do boleto. Pedimos um prazo, pelo menos, de um dia útil após o envio desse e-mail para que a PREVES possa emitir o boleto e te enviar de volta.

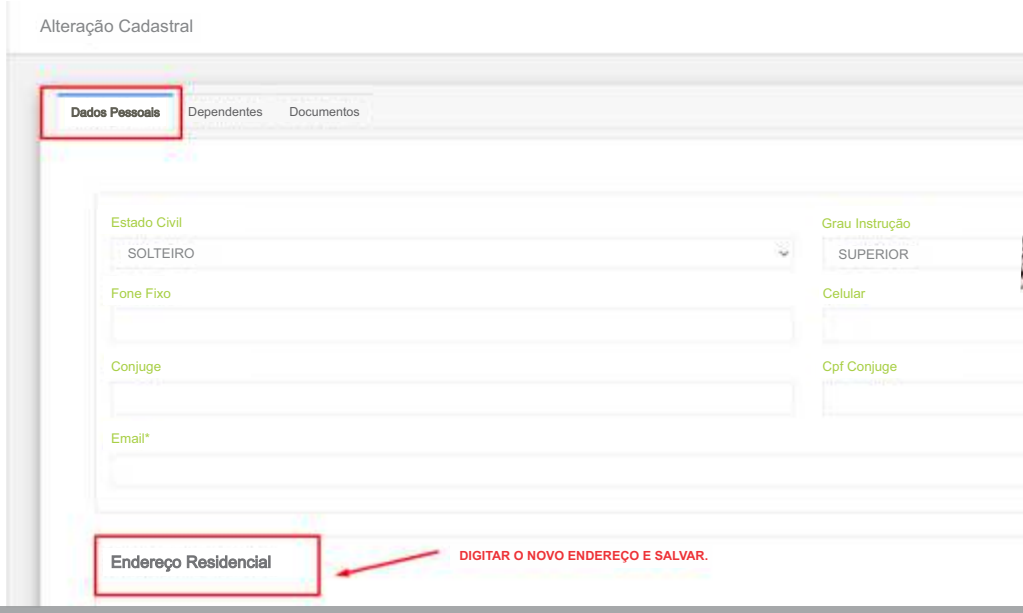
Preciso atualizar o meu endereço cadastrado. Qual é o procedimento?

R: As alterações de dados cadastrais podem ser realizadas pelo próprio participante, basta acessar o site da PREVES www.preves.es.gov.br e ir na ***Área de Participante***, localizada na área superior direita da tela e ao lado de um cadeado cinza e siga as instruções:

Passo 1:

PREVES RESPONDE

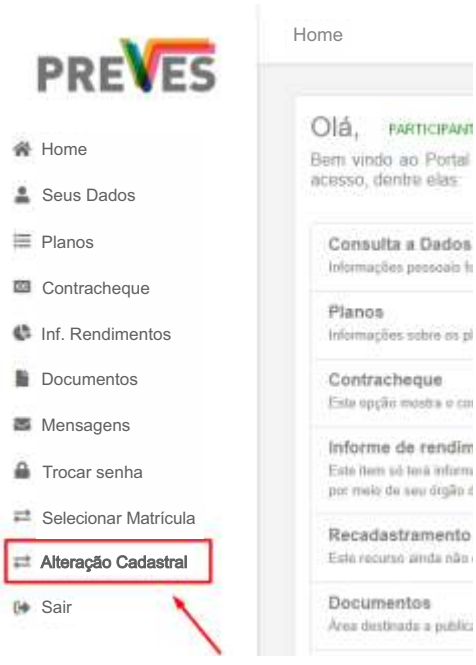
Passo 2:



Gostaria de saber quem são as pessoas cadastradas como beneficiárias do meu seguro?

R: Esta informação poderá ser visualizada pelo próprio participante, basta acessar o site da PREVES www.preves.es.gov.br e ir na **"Área de Participante"**, localizada na área superior direita da tela e ao lado de um cadeado cinza. Siga as instruções:

Passo 1:



Passo 2:

Tire sua dúvida: contato@preves.es.gov.br

Investimentos de longo prazo em um cenário de **juros baixos**

Talvez não seja polêmico afirmar que 2020 foi um ano de muitas surpresas. E na metade desse fatídico ano, o Brasil pela primeira vez na sua história demonstra taxas de juros reais (descontadas da inflação) negativas. Além de ser um fato curioso e de certa forma surpreendente, esse cenário vai exigir uma mudança de paradigma na gestão de recursos previdenciários.

Até recentemente, a maior parte das aplicações era feita em títulos públicos indexados à inflação, cujo rendimento era suficiente para fazer frente às metas financeiras e atuariais. Atualmente, as entidades que aplicarem em renda fixa de curto prazo não conseguirão sequer preservar o poder de compra dos recursos previdenciários. Logo, será necessário buscar aplicações que tenham um potencial maior de retorno, mas que, por seu turno, trazem consigo maiores riscos.

Para assumir maiores riscos sem prejudicar a rentabilidade de longo prazo, vale sempre lembrar do velho provérbio e não colocar todos os ovos em uma cesta só. Já existe uma vasta literatura nesse sentido, demonstrando como a diversificação pode diminuir os riscos de uma carteira para dado tipo de retorno. Nesse ano de 2020 uma boa diversificação daria belos frutos. Enquanto as aplicações de renda fixa e renda variável no Brasil mal conseguiram, na média, superar a inflação, as entidades que utilizaram o limite legal de 10% em aplicações no exterior conseguiram apresentar maior rentabilidade e menor volatilidade ao longo e do ano.

Sendo assim, as entidades de previdência que antes concentravam suas aplicações em títulos públicos agora irão buscar outros segmentos de investimento de forma a honrar as metas financeiras e atuariais. Essa quebra de paradigma pode ser perigosa caso feita de forma inconsequente, posto que uma concentração de riscos pode trazer perdas irrecuperáveis para os participantes. Por outro lado, portifólios balanceados e diversificados tendem a ter o efeito inverso, podem na verdade trazer mais retorno com menor risco e possibilitar aos participantes uma aposentadoria confortável.

Tiago Luiz Freitas Roque
Diretor de investimentos da PREVES
desde outubro de 2020.

Sobre Tiago Luiz Freitas Roque

O economista, especialista em finanças, com certificação CPA-20, Tiago Luiz Freitas Roque, realizou diversos cursos em gestão estratégica, controladoria, contabilidade e avaliação de políticas públicas. Iniciou sua carreira na Valor Investimentos (filiada XP Investimentos) em 2004. Em 2010 trabalhou como auditor interno do Sistema de Gestão Vale (VPS) e Consultor Interno de Melhorias Operacionais na Vale.

Servidor de carreira do Tesouro do Espírito Santo , desempenhou diversas atribuições na Subsecretaria de Orçamento Estadual. Paralelamente, atuou ativamente como suplente no Conselho Deliberativo da PREVES, eleito pelos participantes, antes de tomar posse como Diretor de Investimentos da Fundação.

www.preves.es.gov.br
F E L I Z
2021
ano de realizações